



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0322116-3

COMARCA: 28ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE

EMBARGANTE: WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S/A

EMBARGADA: ANTUNES PALMEIRA LTDA.

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDIDAS. RECONHECIMENTO, INEQUÍVOCO, DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA EMBARGADA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUE JUSTIFIQUE A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0322116-3**, em que figuram como embargante **WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S/A** e como embargada **ANTUNES PALMEIRA LTDA.**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "À unanimidade de votos, rejeitaram-se os presentes aclaratórios, nos termos do voto do Relator". Tudo de acordo com o relatório, os votos e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 05 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0322116-3
COMARCA: 28ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S/A
EMBARGADA: ANTUNES PALMEIRA LTDA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S/A, regularmente qualificada e representada, opõe os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES, com fundamento no art. 535 do CPC, em razão de Acórdão proferido por esta Colenda 6ª Câmara Cível (fls. 165A).

Em suas razões, sustenta a EMBARGANTE: (a) que o acórdão embargado militou em manifesto equívoco; (b) que se decidiu contrariamente à prova dos autos; (c) que se ignorou o fato de que a a EMBARGADA tem sede e ponto comercial no mesmo endereço da executada NARCISO MAIA TECIDOS LTDA.; (c) que há identidade no objeto social das empresas, bem como os sócios da EMBARGADA são os filhos da NARCISO MAIA TECIDOS LTDA.; (d) que estão presentes todos os requisitos para caracterizar a sucessão empresarial; (e) que a responsabilidade patrimonial da EMBARGADA decorre tanto em razão da configuração da sucessão empresarial e ainda a desconsideração da personalidade jurídica.

Contrarrazões às fls. 198/204, pelo improvimento do recurso integrativo.

É o que se impõe relatar.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0322116-3
COMARCA: 28ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S/A
EMBARGADA: ANTUNES PALMEIRA LTDA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Nada a sanear no Acórdão embargado. A despeito do que argui a EMBARGANTE, não se vislumbra a caracterização de todos os requisitos necessários para a caracterização da sucessão empresarial.

Ora, em consulta à JUCEPE, bem como à Receita Federal, observa-se que os endereços da ora EMBARGADA e da NARCISO MAIA TECIDOS LTDA. não se confundem. Não se observa, assim, atendimento ao requisito da utilização comum de estabelecimento.

Não bastasse isso, não se demonstrou nos autos a confusão patrimonial entre a EMBARGADA e a NARCISO MAIA TECIDOS LTDA. Ademais, não se constata documentos que demonstrem a eventual migração do quadro de funcionários e maquinário.

Portanto, não restando comprovado que a sucessão empresarial se deu com abuso da personalidade jurídica, o mero preenchimento de alguns requisitos necessários para a sua caracterização não é suficiente para a decretação da medida requerida.

Outrossim, convém destacar que a desconsideração da personalidade jurídica deve ser aplicada com cautela, uma vez que constitui exceção ao princípio segundo o qual a pessoa jurídica não se confunde com a de seus sócios.

Assevere-se, por fim, que o acórdão recorrido, inequivocamente, declarou, tão somente, a ilegitimidade passiva ad causam da EMBARGADA nos autos da execução, extinguindo, com resolução do mérito, os Embargos à Execução. A execução, então, contra NARCISO MAIA TECIDOS LTDA. deve prosseguir normalmente.

As questões postas na lide, portanto, foram devidamente examinadas e decididas, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela EMBARGANTE.

Assim, reexaminando os pontos inquinados de omissão, releio o acórdão embargado e observo que a matéria foi amplamente dissecada e debatida em todos os seus aspectos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

Vale asseverar que cabe ao julgador apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, fundamentando sua decisão, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados pelas partes.

Assim, como acima exposto, não havendo nada a aclarar, suprir ou declarar,
VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

É como voto.

— Recife, 03/06/2014.
[Assinatura]

[Assinatura]